

RELATÓRIO
2026

1. INTRODUÇÃO

O território do **Grande Bom Jardim**, localizado na periferia sudoeste de Fortaleza, é formado pelos bairros **Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Siqueira e Canindezinho**, reúne aproximadamente 216 mil habitantes e constitui um dos maiores territórios populares da capital cearense. Inserido na bacia do rio Maranguapinho, trata-se de uma das áreas historicamente mais vulnerabilizadas da cidade no que se refere à ocorrência de alagamentos, enchentes e eventos climáticos extremos. A presença de afluentes, lagoas urbanas e áreas de ocupação consolidada, somada a contextos de precariedade urbana, expressa um padrão persistente de desigualdade socioespacial, no qual a exposição aos riscos ambientais e climáticos acompanha marcadores estruturais de classe, raça, gênero, território e acesso desigual às políticas públicas.

A Caravana das Políticas Socioambientais do Grande Bom Jardim, realizada em **março de 2026**, insere-se em um processo mais amplo de monitoramento e incidência política desenvolvido no território pelo **Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) e pela Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS).** As Caravanas de Monitoramento constituem uma tecnologia social construída ao longo de mais de duas décadas no Grande Bom Jardim, com experiências acumuladas em diferentes áreas, como assistência social, cultura e outras políticas, contribuindo para a formação de um repertório político-metodológico orientado ao controle social e à efetivação de direitos.

Esse acúmulo se traduz na consolidação **de práticas que articulam produção de conhecimento, mobilização comunitária e incidência sobre políticas públicas.** As experiências anteriores demonstram que o monitoramento, entendido em sentido ampliado, envolve processos contínuos de investigação, observação e ação coletiva, permitindo acompanhar a implementação de políticas, identificar lacunas e tensionar o Poder Público a partir das demandas concretas do território.

A Caravana de 2026, ao tematizar as políticas socioambientais e sua relação com as mudanças climáticas, atualiza essa trajetória à luz de um contexto marcado pelo agravamento das vulnerabilidades urbanas e pela crescente centralidade da agenda climática. A iniciativa foi concebida como etapa inaugural do processo de Mapeamento Participativo da Injustiça Socioambiental do Grande Bom Jardim, cujo objetivo é identificar, analisar e territorializar as manifestações da injustiça socioambiental no território. Com essa finalidade, a Caravana articulou formação política, escuta territorial e observação direta em campo. Sua estrutura metodológica

combinou momentos formativos e atividades de campo, realizados ao longo do mês de março, incluindo duas rodas de conversa e uma visita sociotécnica em trechos estratégicos da bacia do rio Maranguapinho.

Diante desse quadro, **o presente relatório tem como objetivo sistematizar e analisar os resultados da Caravana das Políticas Socioambientais do Grande Bom Jardim, bem como apresentar recomendações voltadas ao aprimoramento das políticas socioambientais no território.** Ao fazê-lo, busca-se contribuir para o fortalecimento das estratégias coletivas de produção de conhecimento, controle social e disputa por políticas públicas territorializadas, reafirmando o papel das Caravanas como instrumento de leitura crítica do território e de construção de respostas orientadas às realidades vividas pelas comunidades.



2. METODOLOGIA

A Caravana das Políticas Socioambientais do Grande Bom Jardim, realizada em março de 2026, foi estruturada a partir de um desenho metodológico elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) Político/Metodológico do Mapeamento Participativo da Injustiça Socioambiental do Grande Bom Jardim. O grupo foi responsável pela definição dos eixos de análise, do percurso metodológico e dos instrumentos utilizados durante a Caravana, articulando formação político-territorial, observação em campo e sistematização coletiva das informações produzidas. A metodologia compreende o monitoramento como prática de investigação situada e ação coletiva, orientada à leitura crítica do território e à produção de subsídios para incidência sobre políticas públicas.

2.1. Desenho metodológico

A Caravana foi organizada em dois eixos articulados: (i) ciclo formativo e (ii) ciclo em campo. Essa estrutura permite operar em um movimento contínuo entre elaboração conceitual e leitura empírica do território, garantindo que as categorias analíticas mobilizadas sejam construídas em diálogo com as experiências vividas.

O ciclo formativo foi composto por duas rodas de conversa realizadas nos dias 10 e 24 de março de 2026. Esses encontros tiveram como função a construção de um repertório comum de análise, a sistematização de percepções territoriais e a leitura crítica das políticas públicas relacionadas à temática socioambiental.

A primeira roda, que aconteceu na Associação dos Moradores da Comunidade do Marrocos (AMCM) e foi facilitada pelas bolsistas do Programa de Educação Tutorial do curso de Arquitetura e Urbanismo (ArqPet) da Universidade Federal do Ceará (UFC), concentrou-se na discussão dos conceitos de prevenção, adaptação e mitigação das mudanças climáticas, articulando-os às vivências das comunidades.

FIGURA 1 - TROCA DE SABERES EM RODA



Fonte: VIANA, R. 2026

FIGURA 2 - ESPACIALIZAÇÃO COMUNITÁRIA



Fonte: VIANA, R. 2026

A segunda roda, que aconteceu na sede do Grupo Produtivo Criart e foi facilitada pelo Fórum Maragoab, voltou-se à análise da Política Municipal de Mudanças Climáticas, a partir das experiências e demandas territoriais.

FIGURA 3 - FORMAÇÃO EM RODA



Fonte: COSTA, N. G. 2026

FIGURA 4 - FOTO FINAL DA ATIVIDADE



Fonte: SOUZA, S. G. 2026

O ciclo em campo consistiu na realização de uma visita sociotécnica no dia 21 de março de 2026, percorrendo trechos estratégicos da bacia do rio Maranguapinho. O trajeto foi definido coletivamente, a partir da identificação de áreas consideradas prioritárias pelas comunidades, incluindo duas poligonais situadas em afluentes do rio, a Lagoa do Marrocos e a Lagoa da Viúva.

FIGURA 5 - PERCURSO ENTRE POLIGONAIS



Fonte: COSTA, N. G. 2026

FIGURA 6 - VISITA À LAGOA DA VIÚVA



Fonte: COSTA, N. G. 2026

2.2. Instrumentos de coleta e registro

A produção de dados foi orientada por um instrumental de observação estruturado, aplicado coletivamente nos pontos visitados, que organiza a leitura territorial em quatro eixos analíticos: (i) centralidade da água; (ii) presença ou fragmentação da política pública; (iii) padrão e intensidade da vulnerabilidade; e (iv) leitura política do território.

O primeiro eixo buscou identificar de que forma a água estrutura as dinâmicas observadas, considerando indicadores como proximidade com o corpo hídrico, ocorrência de alagamentos, presença de esgoto e acúmulo de resíduos. O segundo eixo concentrou-se na identificação de intervenções públicas, avaliando sua natureza, alcance e efetividade. O terceiro orientou a comparação entre os pontos visitados, permitindo identificar variações na intensidade da vulnerabilidade. O quarto eixo sistematizou a interpretação política do território, incluindo a identificação de padrões de injustiça socioambiental e a definição de prioridades de ação pública.

A aplicação do instrumento foi complementada por registros fotográficos, anotações de campo e escuta direta de moradores presentes nos locais visitados. A articulação entre esses diferentes registros possibilitou uma leitura integrada das condições observadas.

2.3. Procedimentos de análise

A análise dos dados foi realizada a partir da articulação entre a sistematização dos registros de campo, as percepções emergentes nas rodas de conversa e a leitura comparativa entre os diferentes pontos visitados. Esse procedimento permitiu identificar recorrências, contrastes e padrões territoriais relevantes.

As falas dos participantes foram incorporadas como dimensão central da análise, reconhecendo o caráter situado da produção de conhecimento. A interpretação dos dados orientou-se pela identificação de padrões estruturais, como a concentração de riscos em áreas específicas, a fragmentação das intervenções públicas e a relação entre infraestrutura urbana e exposição a eventos climáticos.

2.4. Limites e potencialidades

A principal potencialidade da metodologia reside na articulação entre produção de conhecimento e mobilização política, permitindo que o processo de coleta e análise funcione simultaneamente como espaço de formação, leitura crítica e fortalecimento comunitário. A participação dos moradores na definição dos trajetos, na aplicação dos instrumentos e na interpretação dos dados contribui para a construção de leituras territorializadas e para o fortalecimento do controle social.

Entre os limites, destaca-se o caráter pontual da atividade de campo e a abrangência restrita aos pontos visitados. Esses limites são parcialmente tensionados pelo caráter processual da iniciativa, que se insere em uma estratégia mais ampla de mapeamento e monitoramento contínuo do território.



3. SISTEMATIZAÇÃO DA ATIVIDADE

3.1. Roda de conversa “O que são as políticas de prevenção, mitigação e adaptação climática?”

O debate sobre prevenção, mitigação e adaptação climática constituiu um ponto de partida para refletir sobre como as mudanças climáticas se mat erializam nos territórios populares e sobre o papel das políticas públi cas na produção ou redução das vulnerabilidades socioambientais. Mais do que uma discussão conceitual, a atividade permitiu relacionar categorias amplamente utilizadas nos debates climáticos às experiências concretas vividas pelas comunidades do Grande Bom Jardim.

Em grande parte dos documentos e políticas voltados ao enfrentamento d as mudanças climáticas, prevenção, mitigação e adaptação aparecem como dimensões complementares da ação pública. Entretanto, a leitura construída ao longo da Caravana evidenciou que esses conceitos assumem significados particulares quando observados a partir dos territórios periféricos, onde os impactos ambientais se articulam a déficits históricos de infraestrutura urbana, saneamento, habitação e serviços públicos.

A sistematização realizada durante a atividade permitiu identificar d iferentes sentidos atribuídos a cada eixo, conforme sintetizado no quadro abaixo.



CONCEITO	SENTIDO DISCUTIDO NA RODA	EXEMPLOS RELACIONADOS AO TERRITÓRIO
PREVENÇÃO	Conjunto de ações estruturais voltadas à redução dos riscos antes da ocorrência de desastres ou agravamentos ambientais.	Drenagem urbana, saneamento ambiental, controle da ocupação em áreas de risco, políticas habitacionais e limpeza urbana
MITIGAÇÃO	Ações voltadas à redução dos danos ambientais e dos impactos futuros associados às mudanças climáticas e à degradação urbana.	Reflorestamento de margens de rios e lagoas, preservação dos corpos hídricos, recuperação ambiental, redução da poluição e manejo adequado de resíduos sólidos.
ADAPTAÇÃO	Medidas voltadas à redução dos impactos já presentes ou considerados inevitáveis, considerando as condições concretas de vulnerabilidade das comunidades.	Respostas a enchentes e alagamentos, obras emergenciais, reforço de moradias, sistemas de alerta e reorganização das condições de circulação durante períodos chuvosos.

FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA A PARTIR DA RODA DE CONVERSA DA CARAVANA DAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS DO GRANDE BOM JARDIM (2026).

A discussão também permitiu abordar uma tendência recorrente nos debates sobre mudanças climáticas: a separação entre questões ambientais e questões urbanas. Nos territórios monitorados pela Caravana, os impactos climáticos aparecem diretamente associados à forma como a cidade é produzida e gerida. Alagamentos, degradação dos corpos hídricos, interrupções de mobilidade, proliferação de doenças e insegurança habitacional não devem ser compreendidos como problemas isolados ou exclusivamente ambientais, mas como expressões de desigualdades historicamente acumuladas.

Nesse contexto, a água emergiu como elemento estruturador da leitura territorial construída ao longo da atividade. Rios, afluentes e lagoas não apareceram apenas como componentes da paisagem urbana, mas como espaços onde se tornam visíveis as relações entre infraestrutura, condições ambientais e desigualdades sociais. Questões relacionadas à drenagem, ao saneamento, ao descarte inadequado de resíduos e à ocupação de áreas ambientalmente frágeis revelam como os impactos das mudanças climáticas são profundamente condicionados pela forma desigual com que os investimentos urbanos são distribuídos no território.

A discussão também contribuiu para deslocar a compreensão das mudanças climáticas de uma agenda centrada exclusivamente em eventos extremos para uma perspectiva orientada pela justiça climática. A análise realizada pelos participantes sugere que os riscos ambientais não decorrem apenas da intensidade das chuvas ou de outros fenômenos climáticos, mas da combinação entre esses eventos e condições estruturais de vulnerabilidade produzidas socialmente. Sob essa perspectiva, a prevenção de riscos climáticos não pode ser dissociada da ampliação do acesso ao saneamento, da melhoria da infraestrutura urbana, da proteção dos corpos hídricos e da garantia do direito à moradia adequada.

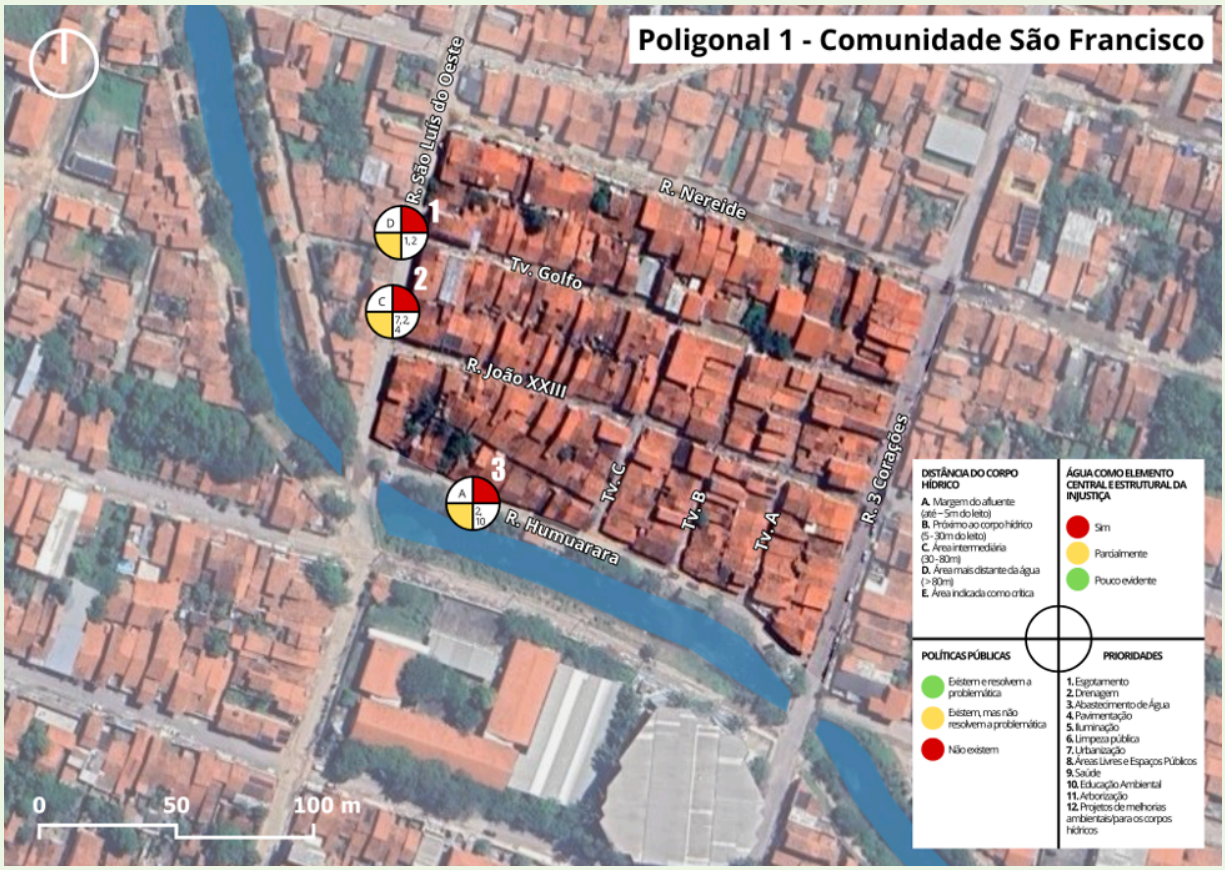
Outro aspecto que atravessou a atividade foi a reflexão sobre os limites das respostas institucionais tradicionalmente adotadas pelo Poder Público. As experiências compartilhadas ao longo da roda apontam para a predominância de intervenções emergenciais ou pontuais em detrimento de ações estruturantes voltadas à redução das vulnerabilidades socioambientais. Essa percepção evidencia um desafio recorrente das políticas urbanas: a tendência de atuar sobre os efeitos mais visíveis dos problemas sem enfrentar os processos que os produzem e reproduzem.

3.2. Visita Sociotécnica

A visita sociotécnica realizada no dia 21 de março de 2026 percorreu quatro áreas estratégicas da bacia do rio Maranguapinho, selecionadas a partir das discussões realizadas na roda de conversa e das experiências territoriais compartilhadas pelos participantes. As poligonais monitoradas permitiram observar diferentes formas de manifestação da injustiça socioambiental no Grande Bom Jardim, evidenciando contrastes na presença de infraestrutura urbana, nos padrões de vulnerabilidade e na atuação do Poder Público.

A análise realizada durante o percurso articulou observação territorial, escuta comunitária e aplicação do instrumental coletivo de monitoramento, possibilitando a identificação de padrões recorrentes relacionados à centralidade da água, à fragmentação das políticas públicas e à distribuição desigual dos riscos ambientais.

3.2.1. Poligonal 1 - Comunidade São Francisco



Na Comunidade São Francisco, a ocupação consolidada nas margens do recurso hídrico e em áreas de solo rebaixado expõe as famílias a um ciclo crítico de vulnerabilidade, caracterizado por marcas de alagamento, mau cheiro e precariedade sanitária. Durante o percurso, a água apareceu como eixo estruturador das condições de vulnerabilidade observadas no território, concentrando problemas relacionados à drenagem, ao esgoto a céu aberto e ao acúmulo crônico de resíduos sólidos.

Observou-se que a precariedade infraestrutural é agravada por um sistema improvisado de esgotamento e drenagem, que direciona os fluxos diretamente para o afluente, intensificando a degradação ambiental e os impactos sobre as condições de vida da comunidade. Um dos conflitos territoriais relatados pelos moradores refere-se à gestão dos resíduos sólidos, uma vez que a comunidade absorve parte significativa do descarte irregular proveniente de áreas vizinhas, sobrecarregando ainda mais o território.

Esse cenário produz tensões locais em torno das estratégias de enfrentamento construídas pela própria comunidade. Destaca-se, nesse contexto, a resistência de moradores do entorno à manutenção da ecobarreira instalada no ponto 3 com apoio de organizações da sociedade civil, iniciativa voltada à contenção de resíduos e à mitigação da poluição do afluente. As críticas dirigidas à ecobarreira, frequentemente associadas ao mau cheiro e ao acúmulo de lixo, acabam deslocando o foco das causas estruturais da degradação ambiental e evidenciam a desigual distribuição dos impactos socioambientais no território.

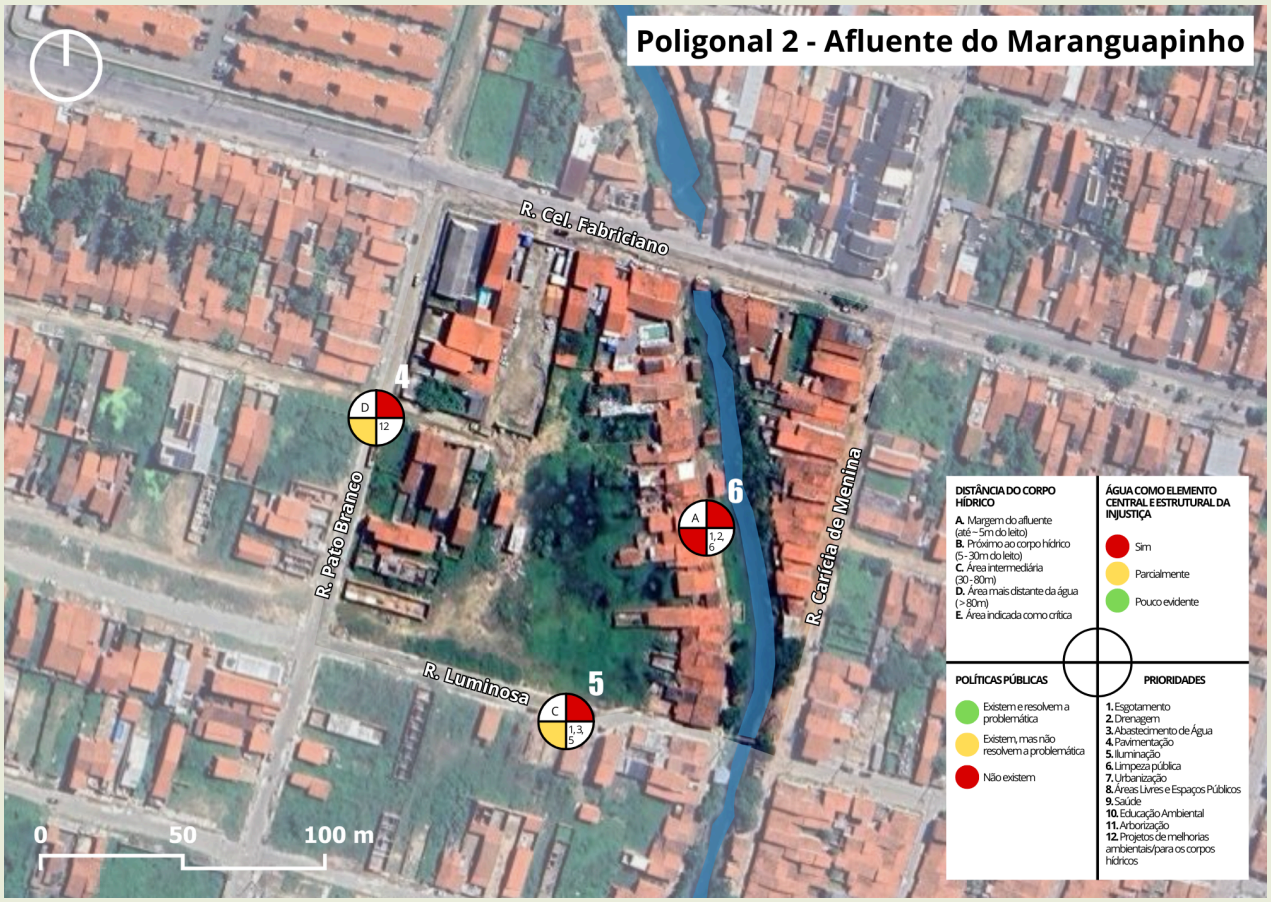
FIGURA 7 – ECOBARREIRA DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO



Fonte: COSTA, N. G. 2026

A leitura das políticas públicas na área revela um padrão de fragmentação e insuficiência. As intervenções observadas, como canalizações pontuais ou pavimentações interrompidas, não foram capazes de enfrentar os problemas estruturais de saneamento, resultando em uma presença seletiva do Estado que não garante o mínimo de segurança habitacional ou de saúde pública. Diante disso, a comunidade aponta como prioridades urgentes a urbanização integrada, o esgotamento sanitário e a drenagem eficiente.

3.2.2. Poligonal 2 – Afluente do Maranguapinho (R. Carícia de Menina x R. Cel. Fabriciano)



A Poligonal 2 apresentou um cenário de forte degradação ambiental associado à proximidade com o afluente do rio Maranguapinho. O ponto 6, área situada às margens do corpo hídrico, é marcado por um abandono estatal severo. Nesse trecho o grupo de visita identificou moradias em situação extrema de risco, situadas em trechos que inclusive possuem problemas até de abastecimento de energia elétrica. O acúmulo de resíduos e as marcas de inundação são onipresentes.

FIGURA 8 - CONSTRUÇÕES NAS MARGENS DO AFLUENTE



Fonte: COSTA, N. G. 2026

FIGURA 9 - ÁREA ENCHARCADA EM PROCESSO DE ATERRAMENTO



Fonte: PESSOA, I. 2026

A leitura territorial realizada durante a visita evidenciou a persistência de condições urbanas precárias mesmo em áreas onde existem intervenções públicas. As políticas identificadas foram avaliadas como insuficientes para responder à complexidade dos problemas observados, predominando ações fragmentadas e descontínuas. Essa dinâmica reforça a percepção de que os territórios periféricos permanecem submetidos a respostas emergenciais, sem consolidação de políticas estruturantes voltadas à recuperação ambiental e à melhoria das condições urbanas.

FIGURA 10 - ATERRAMENTO E NOVAS CONSTRUÇÕES



Fonte: PESSOA, I.. 2026

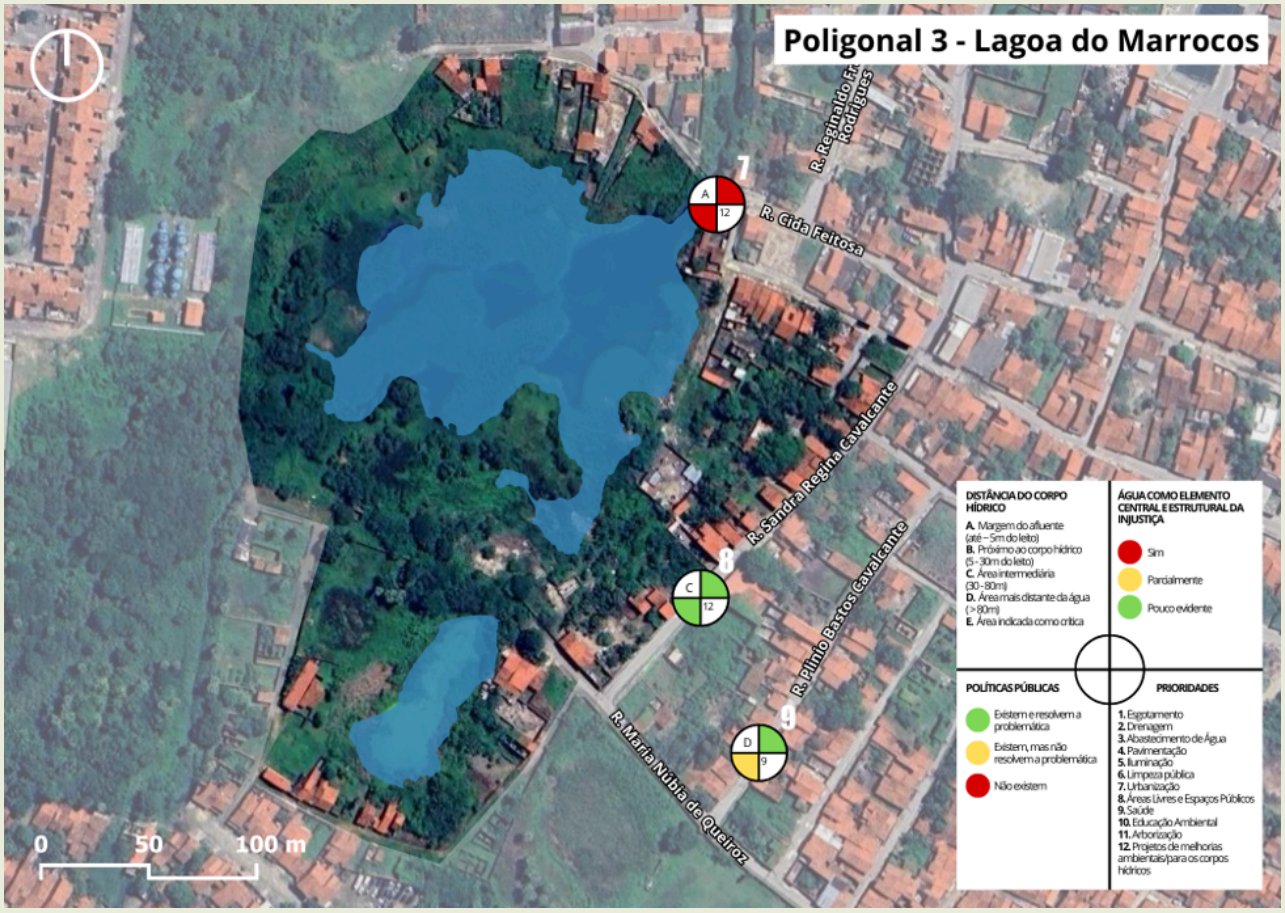
FIGURA 11 - PISO INTERTRAVADO NO PONTO 5



Fonte: PESSOA, I. 2026

A poligonal também evidenciou um padrão de distribuição desigual da infraestrutura urbana, perceptível nas diferenças entre áreas mais próximas e mais distantes do afluente. Essa diferenciação reforça a existência de gradações internas de vulnerabilidade, demonstrando que os impactos socioambientais não se distribuem de maneira homogênea mesmo dentro de um mesmo território.

3.2.3. Poligonal 3 - Lagoa do Marrocos



A Poligonal 3 evidenciou um forte contraste entre as condições observadas na margem imediata da Lagoa do Marrocos e os trechos mais afastados do corpo hídrico, onde a percepção predominante durante a visita foi de que a atuação pública no território produziu impactos concretos na redução de determinadas situações de vulnerabilidade.

Durante o percurso, os participantes identificaram que a comunidade do Marrocos passou por melhorias relacionadas principalmente à drenagem e à pavimentação, resultando em melhores condições de circulação e diminuição de parte dos impactos e da intensidade dos alagamentos em áreas específicas durante o período chuvoso.

Entretanto, a área situada diretamente no entorno da lagoa permanece marcada por situações críticas de vulnerabilidade socioambiental. As moradias localizadas junto à margem convivem com precariedade sanitária, ausência de saneamento adequado, acúmulo de resíduos e exposição recorrente a alagamentos e riscos associados à instabilidade do solo. A leitura construída durante a visita indicou que a lagoa permanece amplamente ignorada pelas intervenções públicas, mesmo estando inserida em uma comunidade que recebeu obras de infraestrutura urbana.

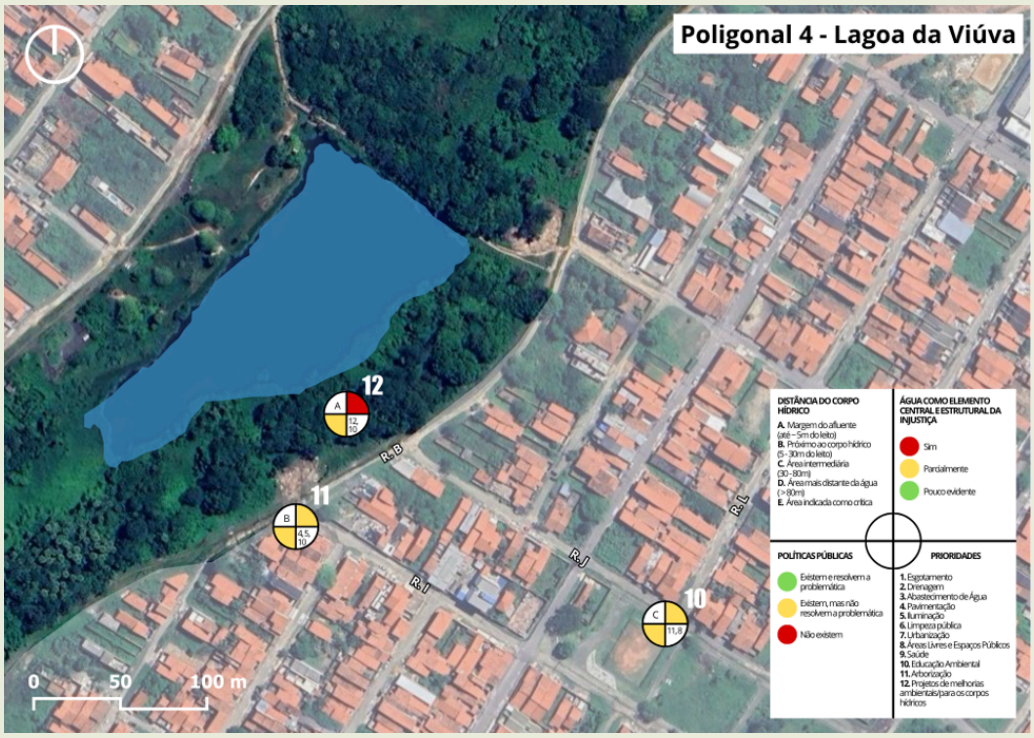
Esse cenário evidencia um padrão de fragmentação territorial da política pública, no qual os investimentos urbanos não alcançam de forma homogênea os diferentes trechos da comunidade. A proximidade com o corpo hídrico aparece como elemento central na distribuição desigual das condições urbanas, produzindo uma concentração de riscos justamente nas áreas mais próximas à lagoa.

Durante a roda de conversa realizada anteriormente, moradores da Comunidade São Francisco relataram que as melhorias observadas em parte da comunidade do Marrocos fortaleceram a percepção de que transformações territoriais são possíveis e devem ser reivindicadas em outras áreas do Grande Bom Jardim. Ao mesmo tempo, a permanência de situações críticas na margem da lagoa desafia leituras homogêneas sobre os impactos das intervenções realizadas, revelando que a urbanização parcial do território não eliminou as desigualdades socioambientais existentes.

Outro aspecto destacado pelos participantes refere-se à ausência de reconhecimento institucional da Lagoa do Marrocos como área prioritária de intervenção ambiental e urbana. Nesse contexto, a reivindicação por maior presença do Poder Público esteve associada à recuperação ambiental da lagoa, à consolidação de políticas contínuas de manutenção e acompanhamento das melhorias implementadas e à ampliação de equipamentos e serviços públicos de outros setores no território, especialmente na área da saúde.

A análise da poligonal revelou, assim, que a presença de infraestrutura urbana em parte da comunidade convive com a permanência de áreas submetidas a intensa vulnerabilidade ambiental, evidenciando os limites de intervenções fragmentadas e territorialmente seletivas.

3.2.4. Poligonal 4 – Lagoa da Viúva



A Poligonal 4 apresentou características distintas das demais áreas monitoradas pela Caravana. Inserida no Parque Urbano Lagoa da Viúva, área protegida pelo Decreto Municipal nº 13.687, de 9 de novembro de 2015, que a incorporou ao conjunto dos Parques Urbanos das Lagoas de Fortaleza, essa poligonal não é marcada pela presença de moradias ocupando a margem imediata do corpo hídrico, como observado em outras áreas visitadas. Ainda assim, a água permaneceu como elemento relevante para a leitura territorial realizada pelos participantes.

Os resultados do monitoramento indicam uma variação entre os três pontos analisados. No ponto localizado junto à lagoa, a água foi identificada como elemento central da injustiça socioambiental e as principais prioridades apontadas foram educação ambiental e projetos de recuperação ambiental para o corpo hídrico. Nos pontos mais afastados, a centralidade da água aparece de forma menos intensa, cedendo espaço a demandas relacionadas à pavimentação, iluminação, arborização e qualificação dos espaços públicos.

Essa distribuição sugere que, diferentemente das demais poligonais, os impactos associados à lagoa não se expressam prioritariamente por meio da exposição direta das moradias a situações de risco. O que emerge com maior força é uma percepção relacionada à qualidade ambiental e à forma como o espaço vem sendo cuidado, mantido e integrado à vida cotidiana da comunidade.

Outro aspecto relevante é que, em todos os pontos monitorados, as políticas públicas foram classificadas como existentes, porém insuficientes para responder às demandas identificadas. Trata-se de um resultado que diferencia a Lagoa da Viúva das áreas onde predominou a percepção de ausência ou fragmentação das intervenções estatais. Nesse caso, o problema não se concentra na inexistência de ações públicas, mas nos limites de sua efetividade.

As discussões realizadas durante a Caravana permitiram relacionar essa situação a uma questão mais ampla: a desigual distribuição do cuidado urbano. Ao compararem a Lagoa da Viúva com parques localizados em áreas mais valorizadas da cidade, os participantes destacaram diferenças percebidas na manutenção, na conservação da infraestrutura e na valorização desses espaços pelo Poder Público. Nesse sentido, a Poligonal 4 evidencia uma forma particular de injustiça socioambiental, associada menos à ocupação de áreas de risco e mais às desigualdades que marcam o reconhecimento, a gestão e a valorização dos espaços ambientais localizados nas periferias urbanas.

Essa leitura ganha maior significado quando interpretada à luz da trajetória histórica da própria lagoa. A criação do Parque Urbano Lagoa da Viúva resultou de um longo processo de mobilização comunitária em defesa da preservação ambiental e do direito a espaços verdes qualificados no Grande Bom Jardim. Entretanto, os desafios relacionados à manutenção, à recuperação ambiental e ao fortalecimento da gestão do parque permanecem presentes, conforme também apontado no diagnóstico socioambiental elaborado para a área (Fortaleza, 2024).

O percurso realizado pela Caravana evidenciou que a água constitui o principal eixo estruturador da dinâmica socioambiental do Grande Bom Jardim. Os rios, afluentes e lagoas constituem elementos estruturantes da vida, da paisagem e do patrimônio ambiental do território, mas também concentram os efeitos acumulados da urbanização desigual e da precariedade da infraestrutura urbana. Nesse sentido, os impactos observados não podem ser compreendidos como consequência exclusiva de eventos naturais ou das mudanças climáticas.

Eles expressam a permanência de déficits históricos de saneamento, drenagem, habitação e planejamento urbano, revelando que a vulnerabilidade climática é socialmente produzida e intensificada por processos históricos de desigualdade, expressos nas dívidas estruturais relacionadas ao saneamento, à drenagem, à habitação e ao planejamento urbano.

3.3. Roda de conversa "A Política Municipal de Mudança do Clima atende as demandas do território?"

A discussão sobre a Política Municipal de Mudança do Clima de Fortaleza evidenciou uma tensão recorrente nas políticas urbanas contemporâneas: a distância entre a sofisticação dos instrumentos de planejamento e a capacidade de produzir transformações concretas nos territórios mais vulnerabilizados. A Lei Municipal nº 11.595/2025 incorpora conceitos amplamente reconhecidos nos debates internacionais sobre ação climática, como justiça climática, adaptação, resiliência, participação social e priorização de populações vulnerabilizadas. A legislação também estabelece mecanismos de governança, monitoramento e gestão de riscos climáticos, além de reconhecer explicitamente a necessidade de direcionar ações para os grupos mais expostos aos impactos das mudanças climáticas.

Entretanto, a análise realizada durante a Caravana sugere que a existência desses instrumentos não garante, por si só, sua tradução em melhorias percebidas pelas comunidades. Ao longo das atividades, emergiu uma percepção recorrente de que problemas historicamente associados à vulnerabilidade climática, isto é, alagamentos, deficiência da drenagem urbana, degradação dos corpos hídricos, descarte irregular de resíduos, insuficiência do saneamento e precariedade dos espaços públicos, permanecem presentes no cotidiano das comunidades monitoradas. Trata-se justamente de questões que a política climática municipal afirma priorizar, seja por meio da adaptação, da redução de riscos ou da promoção da justiça climática.

Esse descompasso revela um desafio central para a implementação da política: transformar o reconhecimento formal das vulnerabilidades em capacidade efetiva de intervenção territorial. Embora a lei estabeleça a priorização de territórios vulnerabilizados e determine que o planejamento climático seja orientado por análises de risco e vulnerabilidade, a experiência das comunidades sugere que a distribuição dos investimentos públicos continua marcada por desigualdades territoriais.

Outro aspecto relevante diz respeito à própria concepção de participação social adotada pela política climática. A legislação prevê mecanismos de governança participativa e reconhece a importância do diálogo com a sociedade civil. Contudo, as discussões realizadas durante a Caravana indicaram que parte significativa do conhecimento produzido pelas comunidades sobre seus territórios permanece periférica nos processos de formulação e implementação das políticas públicas. Nesse contexto, a participação tende a ocorrer mais frequentemente como consulta do que como efetiva coprodução das estratégias de enfrentamento das mudanças climáticas.

A experiência da Caravana também permitiu evidenciar uma contradição importante. Enquanto a política climática municipal opera predominantemente por meio de instrumentos técnicos, ou seja, análises de vulnerabilidade, planos de ação, sistemas de monitoramento e indicadores, as comunidades organizam sua leitura das mudanças climáticas a partir da experiência cotidiana da água, dos alagamentos, da mobilidade interrompida, da perda de qualidade ambiental e das dificuldades de acesso a serviços urbanos básicos. A distância entre essas duas formas de compreender o problema contribui para que a agenda climática frequentemente seja percebida como abstrata, mesmo quando trata de questões que afetam diretamente a vida da população.

Sob essa perspectiva, a principal contribuição da roda de conversa foi deslocar o debate da existência da política para sua capacidade de promover justiça climática. A questão central não é apenas se Fortaleza possui uma política municipal de mudança do clima, mas em que medida essa política altera as condições concretas de vulnerabilidade nos territórios periféricos. A análise desenvolvida ao longo da Caravana sugere que a efetividade da política climática dependerá da sua capacidade de articular planejamento, investimento público, participação social e reconhecimento dos saberes territoriais, transformando conceitos presentes na legislação em respostas concretas às desigualdades socioambientais que estruturam a cidade.

4. ANÁLISE INTEGRADA

4.1. A água como eixo estruturante da injustiça socioambiental

A análise integrada das atividades da Caravana evidencia que a água constitui um eixo estruturador das vulnerabilidades e desigualdades socioambientais observadas no Grande Bom Jardim. Sua influência manifesta-se de formas distintas entre as poligonais monitoradas: em algumas áreas, associa-se diretamente aos alagamentos, à precariedade sanitária e aos riscos habitacionais; em outras, relaciona-se às condições de gestão ambiental, manutenção dos espaços públicos e reconhecimento institucional dos equipamentos ambientais. A recorrência desses padrões sugere que a relação entre população e corpos hídricos ocupa posição central na produção das condições de risco existentes no território.

Os impactos observados decorrem da articulação entre características ambientais da bacia do rio Maranguapinho e processos históricos de urbanização marcados pela ocupação de áreas frágeis, pela insuficiência de investimentos públicos e pela precariedade dos serviços urbanos. Nesse contexto, a água opera simultaneamente como recurso indispensável à vida, indicador da qualidade ambiental e elemento através do qual se manifestam as desigualdades socioespaciais.

A distribuição dos riscos observados demonstra que a proximidade com corpos hídricos tende a corresponder aos maiores níveis de vulnerabilidade. Alagamentos recorrentes, esgotamento sanitário inadequado, acúmulo de resíduos sólidos e degradação ambiental concentram-se principalmente nas áreas situadas junto a lagoas e afluentes, revelando uma territorialização desigual dos impactos socioambientais.

4.2. Padrão de atuação do Estado

A análise comparativa das poligonais monitoradas permite identificar um padrão recorrente de atuação estatal marcado pela fragmentação das intervenções, pela descontinuidade das ações e pela limitada articulação entre as diferentes políticas públicas que incidem sobre o território. Embora tenham sido identificadas obras, equipamentos e iniciativas governamentais em todas as áreas visitadas, a presença do Estado não se traduz necessariamente em respostas proporcionais à complexidade das vulnerabilidades observadas.

Nas poligonais situadas junto aos afluentes do rio Maranguapinho, predominou a percepção de insuficiência das intervenções públicas diante da magnitude dos problemas relacionados ao saneamento, à drenagem, à degradação ambiental e à exposição das moradias a situações de risco. Mesmo nos locais onde foram identificadas obras ou melhorias urbanas, os participantes destacaram a permanência de problemas estruturais que limitam a efetividade dessas intervenções.

A análise também revelou diferenças significativas entre ausência, presença e efetividade das políticas públicas. Enquanto algumas áreas apresentavam déficits associados à escassez de intervenções estatais, outras evidenciavam situações em que políticas existentes não eram capazes de responder adequadamente às demandas territoriais. A experiência da Lagoa da Viúva é particularmente relevante nesse sentido. Diferentemente das demais poligonais, os participantes reconheceram a existência de políticas públicas e investimentos relacionados ao parque urbano, mas apontaram limites associados à manutenção, à recuperação ambiental e à valorização contínua do equipamento. Nesse caso, a insuficiência não decorre da inexistência de ação estatal, mas da sua incapacidade de produzir respostas duradouras e compatíveis com as necessidades identificadas pela comunidade.

Em conjunto, as observações realizadas durante a Caravana indicam que a atuação estatal no território ocorre por meio de intervenções frequentemente setoriais e espacialmente diferenciadas, produzindo respostas desiguais às múltiplas dimensões da vulnerabilidade socioambiental. A recorrência desse padrão nas diferentes poligonais sugere que os limites observados não decorrem apenas da ausência de políticas públicas, mas também das formas pelas quais essas políticas são implementadas, articuladas e territorializadas.

4.3. Desigualdade intra-territorial

A leitura integrada das poligonais evidencia que a vulnerabilidade socioambiental no Grande Bom Jardim não se distribui de forma homogênea. Mesmo em comunidades submetidas a condições históricas de precarização urbana, a intensidade dos riscos, o acesso à infraestrutura e a presença de políticas públicas variam significativamente entre diferentes áreas de um mesmo território.

Um dos padrões mais recorrentes observados durante a Caravana foi a associação entre proximidade dos corpos hídricos e agravamento das condições de vulnerabilidade. Em diferentes pontos monitorados, as áreas situadas nas margens de lagoas e afluentes concentravam problemas relacionados a alagamentos, precariedade sanitária, degradação ambiental e insuficiência de infraestrutura urbana. Em contrapartida, trechos relativamente próximos apresentavam melhores condições de circulação, drenagem ou acesso a serviços públicos.

Essas diferenças revelam que a injustiça socioambiental opera por meio de gradações internas, produzindo diferentes níveis de exposição ao risco dentro das próprias comunidades. As desigualdades observadas não se expressam apenas entre bairros distintos, mas também entre setores específicos de um mesmo território, onde determinados grupos convivem com condições significativamente mais precárias do que outros.

Esse aspecto possui implicações importantes para a formulação de políticas públicas. Leituras homogêneas sobre os territórios periféricos tendem a invisibilizar diferenças internas e podem contribuir para que áreas particularmente vulnerabilizadas permaneçam à margem dos processos de planejamento e investimento. A análise realizada pela Caravana sugere, portanto, a necessidade de instrumentos capazes de identificar e enfrentar essas desigualdades em escalas mais precisas, incorporando as especificidades territoriais na definição das prioridades de intervenção.

4.4. Conflitos socioambientais

As observações realizadas durante a Caravana demonstram que a injustiça socioambiental também se expressa por meio de conflitos relacionados à distribuição dos impactos ambientais, das responsabilidades pela sua gestão e dos benefícios associados às políticas urbanas e ambientais.

Na Comunidade São Francisco, os relatos dos moradores evidenciaram tensões associadas ao descarte irregular de resíduos provenientes de áreas vizinhas, situação que concentra sobre o território impactos ambientais produzidos para além de seus limites. A presença da ecobarreira também revelou divergências em torno das estratégias de enfrentamento da poluição do afluente. Embora o equipamento tenha sido implementado como mecanismo de contenção dos resíduos, parte das críticas dirigidas à iniciativa acaba associando à própria comunidade os efeitos visíveis da degradação ambiental, deslocando a atenção das causas estruturais que produzem o problema.

Na Lagoa da Viúva, o conflito não se organiza em torno da absorção de impactos ambientais produzidos em outras áreas da cidade, mas da distribuição desigual do cuidado urbano e ambiental. As comparações realizadas pelos participantes entre o parque e equipamentos semelhantes situados em áreas mais valorizadas da cidade expressam questionamentos sobre os critérios que orientam a distribuição dos investimentos públicos, das ações de conservação ambiental e da manutenção dos espaços urbanos. O conflito observado não está relacionado à ausência absoluta de políticas públicas, mas às diferenças percebidas na qualidade, continuidade e valorização das intervenções realizadas nos espaços ambientais periféricos.

Embora assumam formas distintas, os conflitos observados nas duas áreas possuem um elemento comum: a concentração desproporcional dos ônus ambientais sobre territórios historicamente vulnerabilizados. Seja pela absorção de impactos produzidos em outras áreas da cidade, seja pela distribuição desigual dos investimentos destinados à qualificação ambiental dos espaços urbanos, os conflitos identificados pela Caravana evidenciam que a injustiça socioambiental não se manifesta apenas pela exposição diferenciada aos riscos, mas também pela forma desigual como responsabilidades, custos e benefícios ambientais são distribuídos no território.

4.5. Distância entre política climática e território

As evidências produzidas pela Caravana das Políticas Socioambientais do Grande Bom Jardim indicam que os principais desafios da Política Municipal de Mudança do Clima de Fortaleza não estão relacionados à ausência de instrumentos normativos, mas à capacidade de transformar os compromissos estabelecidos pela Lei nº 11.595/2025 em intervenções efetivas nos territórios mais vulnerabilizados da cidade. A legislação incorpora princípios, objetivos e diretrizes amplamente reconhecidos nos debates contemporâneos sobre adaptação climática, justiça climática, participação social e gestão de riscos. Entretanto, a leitura construída a partir das rodas de conversa e da visita sociotécnica revela uma distância significativa entre os compromissos assumidos pela política climática municipal e as condições observadas nas comunidades monitoradas.

A própria lei reconhece que determinados grupos sociais e territórios encontram-se desproporcionalmente expostos aos impactos das mudanças climáticas, estabelecendo como objetivo o fortalecimento da resiliência urbana por meio da redução das vulnerabilidades e da priorização das populações mais afetadas. Também define a justiça climática como princípio orientador da política e determina que os benefícios das ações climáticas devem alcançar prioritariamente os grupos mais vulnerabilizados.

Os resultados da Caravana, contudo, evidenciam a permanência de situações que a própria política climática identifica como prioritárias para intervenção. Alagamentos recorrentes, degradação dos corpos hídricos, insuficiência dos sistemas de drenagem, precariedade sanitária, exposição de moradias a situações de risco e desigualdades no acesso à infraestrutura urbana continuam presentes em diferentes áreas da bacia do rio Maranguapinho. A persistência dessas condições sugere limites na capacidade de converter os objetivos estabelecidos pela legislação em melhorias concretas para as populações mais expostas aos riscos climáticos.

Essa questão torna-se particularmente relevante quando analisada à luz do princípio da justiça climática. As observações realizadas durante a Caravana indicam que a distribuição dos investimentos públicos continua marcada por importantes desigualdades territoriais. Nas diferentes áreas monitoradas foram identificadas situações em que intervenções urbanas coexistem com déficits persistentes de saneamento, drenagem, recuperação ambiental e proteção contra riscos climáticos.

Os padrões de desigualdade intra-territorial identificados pela Caravana revelam uma tensão importante para a implementação do princípio da justiça climática. A coexistência entre investimentos públicos e vulnerabilidades persistentes sugere que os benefícios das ações estatais continuam distribuídos de forma desigual entre grupos e territórios submetidos a condições semelhantes de exposição aos riscos ambientais, limitando o alcance do objetivo de priorização das populações mais vulnerabilizadas previsto na política climática.

Outro aspecto relevante refere-se à Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas (ARVC), definida pela legislação como instrumento fundamental para orientar a alocação de recursos, subsidiar o planejamento territorial e apoiar políticas voltadas à redução da exposição e da vulnerabilidade climática. A lei estabelece que os resultados da ARVC devem orientar investimentos públicos e a definição de prioridades de intervenção.

Sob essa perspectiva, as situações observadas durante a Caravana levantam questionamentos sobre o grau de incorporação desses diagnósticos nos processos de planejamento e gestão urbana. A permanência de áreas historicamente submetidas a enchentes, degradação ambiental e insuficiência de infraestrutura sugere que os instrumentos técnicos de análise de risco ainda encontram dificuldades para orientar de forma efetiva a distribuição dos investimentos e a priorização das ações públicas nos territórios mais vulnerabilizados.

A Caravana também permitiu refletir sobre os mecanismos de participação social previstos na política climática municipal. A lei estabelece a participação ampla, equitativa e representativa da sociedade na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das ações climáticas, além de reconhecer a importância dos conhecimentos produzidos pelas comunidades locais.

As atividades realizadas evidenciaram uma assimetria persistente entre o conhecimento produzido nos territórios e sua capacidade de influenciar os processos decisórios. Ao longo das rodas de conversa e da visita sociotécnica, moradores e lideranças demonstraram amplo conhecimento sobre áreas de risco, dinâmicas de alagamento, problemas relacionados à drenagem, degradação dos corpos hídricos e prioridades de intervenção. Entretanto, a incorporação desses saberes aos processos de formulação e implementação das políticas públicas permanece limitada. A participação social prevista na legislação tende a se materializar predominantemente como mecanismo de consulta, enquanto as comunidades ocupam posição periférica na definição das estratégias de adaptação, mitigação e gestão dos riscos climáticos. Essa dinâmica reduz o potencial transformador da governança participativa prevista pela própria política climática.

Questão semelhante emerge em relação às diretrizes voltadas à recuperação ambiental e à proteção dos corpos hídricos. A lei estabelece a priorização de soluções baseadas na natureza e de infraestruturas verdes e azuis destinadas à conservação, recuperação e ampliação de áreas ambientalmente estratégicas. Entretanto, as condições observadas nos afluentes do rio Maranguapinho, na Lagoa do Marrocos e na Lagoa da Viúva demonstram que a recuperação ambiental dos corpos hídricos permanece como um dos principais desafios para a implementação da política climática no território. Os problemas identificados sugerem que a centralidade atribuída aos ecossistemas urbanos nos instrumentos normativos ainda não encontra correspondência proporcional nas intervenções realizadas.

A análise desenvolvida ao longo da Caravana indica, portanto, que a efetividade da Política Municipal de Mudança do Clima depende da capacidade de territorializar os compromissos já assumidos pela legislação. A redução das vulnerabilidades climáticas no Grande Bom Jardim exige que os princípios da justiça climática, a priorização dos territórios vulnerabilizados, a participação social e a gestão baseada em riscos orientem concretamente a distribuição dos investimentos públicos, o planejamento urbano e a recuperação ambiental. Nesse contexto, o monitoramento social das políticas climáticas constitui uma dimensão estratégica para aproximar os instrumentos de governança climática das realidades vividas pelas comunidades periféricas de Fortaleza.

5. RECOMENDAÇÕES

Com base nas evidências produzidas pela Caravana, apresenta-se as seguintes recomendações para o aprimoramento da Política Municipal de Mudança do Clima no Grande Bom Jardim.

1) Priorizar a bacia do rio Maranguapinho e seus afluentes na implementação da Política Municipal de Mudança do Clima

Os resultados da Caravana indicam que os territórios monitorados concentram vulnerabilidades climáticas associadas a alagamentos, degradação ambiental, precariedade sanitária e exposição a riscos hidrológicos. Recomenda-se que a Prefeitura de Fortaleza explicite, nos instrumentos de implementação da Política Municipal de Mudança do Clima, a priorização da bacia hidrográfica do rio Maranguapinho como unidade territorial estratégica para ações de adaptação climática, recuperação ambiental e redução de vulnerabilidades. Recomenda-se ainda que as comunidades do Grande Bom Jardim sejam reconhecidas como prioritárias para investimentos e intervenções voltadas à justiça climática, em consonância com as diretrizes da Lei nº 11.595/2025 e com os princípios da gestão integrada dos recursos hídricos, priorizando ações integradas de urbanização, saneamento, drenagem, regularização fundiária e melhoria das condições habitacionais.

2) Publicizar e territorializar os resultados da Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas (ARVC)

Considerando que a ARVC é definida pela legislação como instrumento orientador da alocação de recursos e da definição de prioridades territoriais, recomenda-se a divulgação pública dos diagnósticos produzidos para o Grande Bom Jardim, com detalhamento por áreas e comunidades. Recomenda-se ainda que o município apresente de forma transparente como os resultados da ARVC estão orientando investimentos, obras e ações de adaptação climática nos territórios monitorados, garantindo ampla publicidade dos critérios técnicos adotados, a participação das comunidades na interpretação dos diagnósticos e mecanismos que permitam o acompanhamento comunitário e a contestação pública das análises realizadas.

3) Instituir mecanismos permanentes de monitoramento comunitário da política climática

A participação social prevista na Lei nº 11.595/2025 deve ultrapassar o caráter consultivo e incorporar mecanismos permanentes de acompanhamento da implementação da política. Recomenda-se que a Prefeitura de Fortaleza institua espaços territoriais de monitoramento climático com participação de organizações comunitárias, movimentos sociais, associações de moradores e coletivos ambientais do Grande Bom Jardim, garantindo acompanhamento contínuo das ações previstas para os territórios vulnerabilizados. Esses espaços devem possuir mecanismos de diálogo com as instâncias formais de governança climática do município e capacidade de acompanhamento dos investimentos, das ações implementadas e dos processos decisórios relacionados à política climática no território, garantindo transparência, controle social e participação comunitária na definição das prioridades de intervenção.

4) Incorporar os diagnósticos produzidos pelas comunidades aos instrumentos de planejamento climático

Os conhecimentos produzidos pelas comunidades durante a Caravana evidenciam informações detalhadas sobre áreas expostas a vulnerabilidades socioambientais, pontos de alagamento, degradação dos corpos hídricos e prioridades de intervenção. Recomenda-se que os diagnósticos comunitários sejam formalmente reconhecidos como insumos para a atualização da ARVC, dos planos de adaptação climática e dos instrumentos de planejamento urbano relacionados à gestão de riscos e drenagem, assegurando que os conhecimentos participem da definição de prioridades, das estratégias de intervenção e dos processos de monitoramento das políticas implementadas. A incorporação desses diagnósticos deve reconhecer o caráter complementar e estratégico dos saberes territoriais produzidos pelas comunidades, evitando abordagens exclusivamente técnicas da definição das respostas aos riscos socioambientais e climáticos.

5) Incorporar a dimensão habitacional às estratégias de adaptação climática

Os resultados da Caravana evidenciam que parte significativa das vulnerabilidades climáticas observadas no Grande Bom Jardim está associada às condições habitacionais de famílias residentes em áreas sujeitas a alagamentos recorrentes e próximas a corpos hídricos degradados. Recomenda-se que a Prefeitura de Fortaleza incorpore a redução da vulnerabilidade habitacional como eixo estruturante da implementação da Política Municipal de Mudança do Clima, articulando as ações de adaptação climática às políticas de habitação, regularização fundiária, urbanização de assentamentos precários e gestão de áreas de risco, reconhecendo que as vulnerabilidades observadas decorrem de processos históricos de desigualdade socioespacial e da insuficiência de investimentos em saneamento, drenagem e infraestrutura urbana.

6) Garantir o direito à permanência e alternativas habitacionais nos territórios expostos a vulnerabilidades socioambientais

Recomenda-se, ainda, que os territórios identificados pela Análise de Riscos e Vulnerabilidades Climáticas (ARVC) como mais expostos a riscos hidrológicos sejam objeto de planos específicos de intervenção, priorizando soluções voltadas à urbanização integrada, ao saneamento ambiental, à drenagem urbana, à regularização fundiária e à permanência segura das famílias em seus territórios.

Em situações excepcionais, nas quais estudos técnicos públicos, transparentes e passíveis de acompanhamento e contestação social, demonstrem a impossibilidade de permanência segura, deverão ser asseguradas alternativas habitacionais adequadas, transparência dos critérios adotados, participação efetiva das comunidades nos processos decisórios e respeito aos vínculos territoriais, sociais e econômicos construídos pelas populações afetadas, priorizando-se soluções de reassentamento no próprio território ou em áreas próximas.

7) Estabelecer metas específicas de recuperação ambiental para os corpos hídricos monitorados

Em consonância com as diretrizes da política climática relacionadas à infraestrutura verde e azul e às soluções baseadas na natureza, recomenda-se a elaboração de um plano territorializado de recuperação dos afluentes do rio Maranguapinho, da Lagoa do Marrocos e da Lagoa da Viúva, contendo metas, cronograma, indicadores de monitoramento e mecanismos de prestação pública de contas, assegurando que as ações de recuperação ambiental sejam articuladas à melhoria das condições de vida das populações residentes e à redução das desigualdades socioambientais no território.

8) Integrar adaptação climática, saneamento e drenagem urbana

Os problemas identificados pela Caravana demonstram que os impactos climáticos observados no território estão diretamente relacionados às condições de saneamento e drenagem. Recomenda-se que as ações de adaptação previstas na Política Municipal de Mudança do Clima sejam articuladas aos programas de saneamento básico, drenagem urbana e recuperação ambiental, evitando abordagens setoriais que tratem os problemas de forma fragmentada e priorizando intervenções estruturantes capazes de enfrentar as desigualdades socioespaciais historicamente acumuladas no território.

9) Produzir indicadores territoriais de justiça climática

Considerando que a justiça climática constitui princípio estruturante da Lei nº 11.595/2025, recomenda-se a criação de indicadores públicos capazes de monitorar a distribuição territorial dos investimentos climáticos, das obras de adaptação, das ações de recuperação ambiental e dos benefícios gerados pelas políticas municipais. Esses indicadores devem permitir verificar se os territórios mais vulnerabilizados estão efetivamente sendo priorizados, bem como acompanhar os impactos sociais, territoriais e habitacionais decorrentes das intervenções implementadas.

10) Garantir transparência sobre a execução da Política Municipal de Mudança do Clima nos territórios vulnerabilizados

Recomenda-se que a Prefeitura de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal do Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), em articulação com os demais órgãos responsáveis pela implementação da política climática, publique relatórios semestrais contendo informações sobre recursos investidos, obras realizadas, áreas priorizadas, metas alcançadas, critérios adotados e resultados obtidos nos territórios identificados como vulneráveis pela Política Municipal de Mudança do Clima. As informações devem ser disponibilizadas em formato acessível à população e permitir o acompanhamento territorializado da execução da política, incluindo seus impactos sociais, ambientais e habitacionais, fortalecendo o controle social e a avaliação do cumprimento dos objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.595/2025 e dos princípios da justiça climática.





6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Caravana das Políticas Socioambientais do Grande Bom Jardim demonstrou que o enfrentamento das vulnerabilidades climáticas nos territórios periféricos exige mais do que instrumentos normativos ou ações pontuais. Os resultados produzidos ao longo das rodas de conversa e da visita sociotécnica evidenciam que as situações observadas decorrem de processos históricos de produção desigual da cidade, materializados em déficits persistentes de saneamento, drenagem, habitação, infraestrutura urbana e recuperação ambiental. Nesse contexto, rios, afluentes e lagoas constituem não apenas elementos estruturantes da paisagem e da vida comunitária, mas também espaços onde se concentram as consequências dessas desigualdades.

As diferentes poligonais monitoradas demonstraram que a injustiça socioambiental assume múltiplas formas no território. Em algumas áreas, manifesta-se pela exposição direta de moradias a alagamentos, enchentes e precariedade sanitária; em outras, como na Lagoa da Viúva, revela-se pela distribuição desigual do cuidado urbano, expressa na manutenção insuficiente, na fragilidade da gestão dos espaços ambientais e na limitada efetividade das políticas públicas. Em comum, todas essas situações evidenciam que os impactos da crise climática são profundamente condicionados pelas condições sociais e urbanas preexistentes.

Nessa perspectiva, os padrões identificados durante a Caravana, entre eles a concentração de riscos junto aos corpos hídricos, distribuição desigual da infraestrutura urbana, fragmentação das políticas públicas e diferenças no cuidado dedicado aos espaços ambientais periféricos, permitem compreender que a injustiça socioambiental observada no Grande Bom Jardim também expressa processos de racismo ambiental. Conforme discutido na literatura, o racismo ambiental constitui uma manifestação do racismo estrutural, caracterizando-se pela distribuição desigual dos riscos ambientais, da infraestrutura urbana e do acesso a bens ambientais, fazendo com que comunidades negras, periféricas e historicamente marginalizadas sejam desproporcionalmente expostas aos impactos da degradação ambiental e das mudanças climáticas. Não se trata apenas da ocorrência de eventos extremos, mas da forma como decisões históricas de planejamento urbano, investimento público e gestão ambiental produzem e reproduzem desigualdades territoriais[1].

A experiência acumulada pelo CDVHS e pela Rede DLIS demonstra que a produção de conhecimento situado constitui condição fundamental para enfrentar essas desigualdades. As Caravanas ultrapassam a dimensão do diagnóstico, consolidando-se como práticas de formação política, leitura crítica do território, fortalecimento da participação social e incidência sobre políticas públicas.

[1] (Monteiro et al., 2023; Rodrigues, 2024; Barbosa; Preve; Teixeira, 2024).

Ao inaugurar o processo de Mapeamento Participativo da Injustiça Socioambiental do Grande Bom Jardim, a edição de 2026 estabelece uma base para as etapas seguintes, reafirmando que o enfrentamento da crise climática exige políticas territorializadas, recuperação dos corpos hídricos, fortalecimento da gestão pública e incorporação da justiça ambiental e da justiça racial como princípios indissociáveis da construção de cidades mais justas e resilientes.

Portanto, não há justiça climática sem justiça racial. Enfrentar as mudanças climáticas nos territórios periféricos implica reconhecer e enfrentar os processos históricos que distribuem desigualmente riscos, infraestrutura, investimentos públicos e oportunidades de proteção ambiental. Somente a partir dessa perspectiva será possível construir políticas climáticas efetivamente comprometidas com a redução das desigualdades socioambientais.

Referências

BARBOSA, J. de M.; PREVE, D. R.; TEIXEIRA, A. V. Direito à cidade e racismo ambiental: desigualdade no acesso a recursos urbanos em tempos de crise climática. Revista Direitos Culturais, v.19, n. 48, p. 41-61. 2024.

FILGUEIRA, A. L. S. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. Ateliê Geográfico. Goiânia, v. 15, n. 2, p. 186 – 201, ago. 2021.

FORTALEZA (Munícipio). Diagnóstico Socioambiental - Parque Urbano Lagoa da Viúva. 2024. Disponível em: https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/urbanismo-e-meio-ambiente/785-parque-urbano-lagoa-da-viuva.

MONTEIRO, R. R.; SANTOS, M. dos; SOUZA, J. O. R.; BORGES VIEIRA, M. B. V. Racismo ambiental, justiça ambiental e mudanças climáticas no Brasil: uma análise dos relatórios anuais dos objetivos de desenvolvimento sustentável. Revista Em Favor De Igualdade Racial, v.6, n.3, p. 117–132. 2023.

RODRIGUES, J. F. Racismo ambiental: uma abordagem interseccional das questões de raça e meio ambiente. Revista Em Favor De Igualdade Racial. Rio Branco, v.7, n.1, p. 150-161, jan-abr. 2024.

Realização: Parceiros:

Apoio: